



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICO
LETRAS-LÍNGUA PORTUGUESA

1 INTRODUÇÃO

1.1 Histórico da UFPA

A Universidade do Pará foi criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

Decorridos mais de 18 meses de sua criação, a Universidade do Pará foi solenemente instalada em sessão presidida pelo Presidente Kubitschek, no Teatro da Paz, em 31 de janeiro de 1959. Sua instalação foi um ato meramente simbólico, isso porque o Decreto nº 42.427 já aprovara.

Em 2 de setembro de 1970, o Conselho Federal de Educação aprovou o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, através da Portaria nº 1.307/70. Uma revisão regimental foi procedida em 1976/1977, visando atender disposições legais supervenientes, o que gerou um novo Regimento, que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer nº 1.854/77 e publicado no Diário Oficial do Estado em 18 de julho de 1978.

No exercício de 1985, o Regimento da Reitoria foi reformulado, após aprovação da Resolução nº 549, do Conselho Universitário, em 9 de dezembro de 1985, passando a vigorar até a presente data.

1.2 Missão, Visão, Princípios Norteadores da UFPA

Por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2011 a 2015 (PDI), a Universidade Federal do Pará definiu a sua missão institucional: “Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção

de uma sociedade sustentável.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006).

No mesmo documento, a visão institucional foi definida: “Ser referência nacional e internacional como universidade multicampi integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.”

A instituição apresenta como princípios norteadores de suas ações: “A universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.”

1.3 Caracterização da UFPA como instituição responsável pela produção de conhecimento para desenvolvimento social e econômico da Região Amazônica

A UFPA, segundo o Relatório de Gestão 2012 da PROPLAN, configura-se como a maior instituição de ensino e pesquisa de todo o Norte do Brasil. Ofertando um total de 138 cursos de graduação; 59 cursos de especialização; 47 programas de mestrado e 26 programas de doutorado. Sua estrutura organizacional é composta de: 4 Núcleos de produção e integração de conhecimento, 12 Institutos, que compreendem 50 Faculdades; 10 Campi do interior do Estado; 33 Bibliotecas Universitárias; 02 Hospitais Universitários situados na cidade de Belém, 01 Sistema de Incubadora de Empresa em parceria com a Fundação de Amparo e Desenvolvimento a Pesquisa (FADESP), 01 Centro de Capacitação para treinamento de servidores; 01 Museu, 01 Biblioteca Central e 31 bibliotecas setoriais. está atual atualmente em 11 municípios sendo estes Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Marabá, Soure e Tucuruí e possui uma população 60.616 universitários.

No ano de 2012, a UFPA foi responsável pela execução de 1235 projetos de pesquisa que contam com a participação de 964 alunos bolsista, 422 projetos de extensão, envolvendo 651 discentes e com mais de 130 mil pessoas atendidas. A UFPA oferece ofereceu também 188 cursos/oficinas com mais de 4 mil beneficiados entre alunos, técnicos, docentes e comunidade externa. Foram também realizados 487 eventos oficiais, com a participação de mais de 11 mil pessoas.

1.4 Contextualização da área de conhecimento do curso, considerando a origem, os avanços sociais e tecnológicos e os impactos na atualidade, além da importância ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Os estudos da linguagem num sentido amplo e, mais particularmente, os da linguagem humana remontam a épocas muito remotas, muitos foram os pensadores que se esforçaram em estabelecer um conhecimento sistemático sobre a origem e a diversidade das línguas humanas.

Para Moura e Cambrussi (2008, p.12) “ ... as línguas humanas apresentam uma ambiguidade em seu estatuto científico, porque são tanto um objeto natural (como a circulação sanguínea), quanto um objeto social (como a moral humana) .”

Nos tempos atuais muito tem se desenvolvido inúmeras áreas do estudo da linguagem humana, como a fonética, a fonologia, a morfologia, a análise do discurso, a terminologia, os estudos literários e outros. Sendo que, o presente projeto pedagógico define as configurações do curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa do Campus de Abaetetuba, sendo que esse em si configura-se numa perspectiva historicocultural, tendo em vista a construção de uma visão ampla da língua, não somente como um mero fenômeno de linguagem, mas como instrumento que possibilita a inserção na dinâmica social, bem como, participação ativa e criativa nessa por meio do uso eficiente dos recursos que a língua provê.

Como curso de graduação em nível superior não pode prescindir do tripé ensino, pesquisa e extensão. Em que o ensino incide sobre a apropriação de conhecimento da origem e desenvolvimento histórico da língua portuguesa, de sua estrutura e de sua literatura, bem como dos processos concernentes ao ensino-aprendizagem da língua. A pesquisa, atrelada ao ensino e à extensão, deve investigar fenômenos ligados ao uso da língua e à situações-problema da realidade do ensino-aprendizagem da língua portuguesa .

2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

2. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

Nesta seção, serão tratados, de forma sucinta, os seguintes pontos: histórico do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa da UFPA e a relevância do curso como instrumento de produção de conhecimento. Nesta seção, também será feita uma breve descrição da construção do PPC de Língua Portuguesa.

2.1. Histórico do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa na UFPA

O Curso de Letras tem uma trajetória histórica que se confunde com a história do ensino superior no Pará. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará, mantida pela Sociedade Civil de Agronomia e Veterinária do Pará, foi criada pelo Decreto nº 35.456, de 06 de maio de 1954, e tinha o propósito de formar profissionais para atuarem no magistério, no então Ensino Secundário e Normal no Estado do Pará.

Com o advento da Reforma Universitária, foram criados os centros aos quais os cursos se vincularam e, por fim, a departamentalização do ensino superior. O Curso de Letras passou a funcionar no final da década dos anos 70 no Campus Universitário do Guamá. O Curso sofreu alterações curriculares em 1989 e 1993. O currículo resultante dessas alterações regeu a formação do licenciado em Letras até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (LDBEN) e das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação (MEC). Tal estrutura curricular foi adotada, igualmente, por todos os campi do interior que oferecem cursos de Letras. No caso específico de Abaetetuba, a existência do Curso de Letras Língua Portuguesa data de 1996, com a oferta da primeira turma no então Regime Intervalar.

Os anos 70 trazem uma grande marca na UFPA: foi o início da interiorização das ações universitárias. A situação dos professores que atuavam no então 1º e 2º Graus era alarmante, apenas 150 dos 25 mil professores da rede pública tinham habilitação para o magistério. Nesse contexto, nasceu o curso de Letras Língua Portuguesa no Município de Abaetetuba.

O Campus Universitário de Abaetetuba foi implantado em 1987, no município de Abaetetuba. Os primeiros cursos de graduação ofertados no Campus de Abaetetuba foram as licenciaturas em Matemática, Letras, Pedagogia, História e Geografia, todos em regime intervalar (atual Período Intensivo).

Hoje, o Campus oferece cursos regulares em Letras (atualmente Língua Portuguesa – Licenciatura e Língua Espanhola – Licenciatura), Matemática, Educação do Campo, Física e Pedagogia, além do bacharelado em Engenharia Industrial. O Campus de Abaetetuba conta com a parceria entre UFPA e prefeituras próximas, como Barcarena, Igarapé-Miri e Tomé-Açu, por meio de cessão de servidores municipais que atuam na área da administração (secretarias).

Com a aprovação do Regimento Interno do Campus Universitário de Abaetetuba da UFPA, por meio da Resolução nº 640, de 22 de janeiro de 2008, foram criadas as subunidades acadêmicas. Dentre elas, a Faculdade de Ciências da Linguagem (FACL), que teve sua administração iniciada em novembro de 2008, sob a direção da professora Ma. Alessandra Martins Matos e, atualmente, encontra-se sob a direção da professora M. Sc. Glória Regina Gomes Amaral.

2.2. Relevância do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa como instrumento de produção de conhecimento

O curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa produz conhecimento mediante o estudo de diversas áreas científicas ligadas à investigação da linguagem em suas variadas dimensões, tais como a semiótica, a semiologia, a filologia e outras. Desse modo, busca a compreensão e proposição de soluções para problemáticas referentes à compreensão dos mecanismos de funcionamento da língua em geral e, particularmente, a portuguesa; o seu desenvolvimento histórico; a produção literária na língua; bem como, as práticas ligadas ao ensino-aprendizagem dessa língua.

O estudo científico da língua portuguesa, por meio dos muitos campos de pesquisa e produção do conhecimento, acumulou saberes sobre a aquisição da língua materna, o processo de produção dos sons empregados na fala, a estrutura interna das palavras, a produção de sentido das palavras e frases, análise de léxicos especializados, conexões entre a linguagem e a mente, assim como, das manifestações culturais e artísticas produzidas em língua portuguesa.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Letras, Parecer CNE/CES Nº 492/2001, Os estudos lingüísticos e literários devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

2.3. Justificativa da oferta do curso, em relação aos contextos local e regional, incluindo dados estatísticos, socioeconômicos, ofertas similares por outras IES, com as demandas que justificam a oferta.

O Campus de Abaetetuba foi criado com a intenção de possibilitar à população da microrregião do Baixo Tocantins, a qual envolve 11 municípios, maior possibilidade de acesso ao ensino superior. Segundo dados do Sistema de Informações Territoriais do Governo Federal, o Território Baixo Tocantins - PA abrange uma área de 36.024,20 Km² e é composto por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

A população total do território é de 739.881 habitantes, dos quais 390.579 vivem na área rural, o que corresponde a 52,79% do total. Possui 32.365 agricultores familiares, 24.701 famílias assentadas, 10 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,68.

A realidade socioeconômica da microrregião exige grandes investimentos, principalmente na área educacional que, em muitas localidades, é precária. A formação de profissionais da educação em nível superior, constitui, portanto, uma política de fundamental importância para o desenvolvimento regional.

O Campus de Abaetetuba, desde 1987, vem ofertando cursos, predominantemente, de licenciatura, tendo em vista a necessidade de formar profissionais para atender às enormes demandas na educação básica da microrregião.

O curso de Letras/Língua Portuguesa tem sido ofertado anualmente desde a fundação desse Campus e, hoje, o mesmo faz parte da Faculdade de Ciências da Linguagem, tendo já consolidado o seu quadro docente: formado por 01 Doutor, 06 Mestres, 05 Especialista e 04 Doutorandos. O que tem possibilitado o desenvolvimento de pesquisas nas mais diversas áreas ligados aos estudos linguísticos e literários.

Diante desse quadro e tendo em vista que o profissional da letras tem sido demandado mais recentemente, além dos espaços educacionais tradicionais, em outros espaços de trabalho, a oferta do curso, a despeito do considerável número desses profissionais que tem sido formados ao longo dos 26 anos do Campus de Abaetetuba, continua sendo pertinente. Levando-se em conta ainda a demanda de candidatos pelas vagas ofertadas anualmente, conforme descrito no anexo opcional, considera-se justificável a permanência da oferta do curso.

Desse modo, a Faculdade de Ciências da Linguagem do Campus Universitário de Abaetetuba, no presente projeto, propõe a oferta de 40 vagas anuais para o curso, alternando a cada ano o horário de funcionamento entre os turnos matutino, vespertino, noturno e integral (período intensivo).

2.4. Descrição da (re)construção do PPC, incluindo a descrição da avaliação diagnóstica que tenha subsidiado a reelaboração.

O presente projeto pedagógico foi elaborado a partir do trabalho de um grupo de professores da Faculdade de Ciências da Linguagem, tendo sido disponibilizado para propostas de alunos e da comunidade como um todo. A formulação desse surge a partir da necessidade de se construir uma proposta de formação de licenciatura em Letras/Língua

Portuguesa com uma identidade ligada à região onde está instalado o Campus de Abaetetuba, assim como, que contemplasse as experiências de pesquisa, extensão e ensino já consolidadas pelos docentes da Faculdade.

Buscou-se, ainda, a adequação do projeto às normais legais vigentes, assim como, às novas exigências demandadas pelos estudos da linguagem e do mundo do trabalho, o que exigiu ajustes de carga horária de algumas disciplinas, conforme consta no quadro de atividades equivalentes. No desenho curricular do projeto anterior havia disciplinas com carga horária de 68 horas que foram reduzidas no projeto atual para 60 horas, o que possibilitou a inclusão de outras disciplinas para atender às novas demandas educacionais. Dessa forma, o projeto pretende assegurar uma formação sólida, sustentada em consistente estudo teórico, associado a uma cultura de pesquisa e ação extensionista.

3 CARACTERÍSTICA GERAIS DO CURSO

Modalidade Oferta: Presencial

Ingresso: Processo Seletivo

Vagas: 40

Turno: Matutino

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Turno: Vespertino

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Turno: Noturno

Total de Períodos: 9

Duração mínima: 4.50 ano(s)

Duração máxima: 7.00 ano(s)

Turno: Integral

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Forma de Oferta: Modular e Paralela

Carga Horária Total: 2945 hora(s)

Título Conferido: Licenciado em Letras Língua Portuguesa

Período Letivo: Intensivo ; Extensivo ;

Regime Acadêmico: Seriado

Ato de Criação: Resolução 3.381/2005 - CONSEP

Ato de Reconhecimento: Em tramitação

Ato de Renovação: -

Avaliação Externa: null

4 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

A concepção de conhecimento como conjunto de ideias e saberes necessários a uma determinada prática social deverá nortear as ações formativas no decorrer da execução do curso de Letras/Língua Portuguesa. Essa compreensão deverá ter em vista a formação de sujeitos críticos e reflexivos, com competência teórica e prática para intervir em variados contextos de atuação profissional, assumindo-se como atores em processos de transformação que visem a liberdade de expressão, o respeito à multiplicidade de culturas e visões de mundo, a eliminação de desigualdades sociais e o desenvolvimento integral do ser humano.

Dessa forma, entende-se que o processo formativo dos indivíduos é complexo e diversificado, não ficando, de forma alguma, restrito a espaços institucionalizados. Experiências educativas ocorrem em todas as esferas da vida e boa parte delas deve ser consideradas/aproveitadas no interior dos processos formativos da educação formal.

Assim, os currículos devem ser organizados de modo que haja sempre uma interlocução entre o saber institucionalizado e o saber da experiência de vida dos sujeitos nas suas mais diversificadas relações sociais. Dessa forma, a flexibilidade curricular, onde sejam contempladas experiências diversificadas de formação, que não somente a da sala de aula, deverão fazer parte do percurso curricular de forma privilegiada.

Diante disso, cabe destacar que o processo educativo deve estar pautado na relação dialógica dos sujeitos envolvidos, em especial professor e aluno, onde o conhecimento não é posse e, dessa forma, não é transmissível, mas construído a partir da ação mediadora do profissional docente. Sendo a avaliação do processo educativo um aspecto privilegiado para nortear as ações, permitindo ajustar possíveis descompassos, devendo ser uma via de mão dupla, onde todos os aspectos processo são avaliados: professor, aluno, instituição, projeto pedagógico e outros.

4.2 OBJETIVO DO CURSO

O objetivo do curso de graduação em Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa é formar profissionais de Língua Portuguesa, interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma prática, teórica e crítica, com as linguagens, especialmente a verbal (oral e escrita), em contextos formais e informais, estando aptos para atuarem como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

Perfil do egresso do Curso

Para a elaboração do projeto, procurou-se, inicialmente, traçar o perfil ideal do graduado em Letras Língua Portuguesa, em conformidade com a orientação das novas diretrizes curriculares, em cada uma das habilitações; em seguida, foram enumeradas as competências a serem desenvolvidas pelos graduandos do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa.

O licenciado em Letras Língua Portuguesa deverá ser um profissional cultural e linguisticamente competente, com visão crítica e conhecimento teórico-prático aprofundado, tendo domínio do uso da língua objeto de seu estudo, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variações linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de recursos tecnológicos para interação e didatização de saberes sobre a língua e a linguagem e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente, em que se articulam ensino, pesquisa e extensão. O licenciado em Letras Língua Portuguesa deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas à sua área. Os alunos serão motivados a incorporar-se aos projetos de pesquisa e/ou extensão desde o início do curso, como estagiários, bolsistas ou colaboradores.

Espera-se que, ao término de sua formação, o licenciado em Letras Língua Portuguesa (LP): Domine, tanto do ponto de vista prático quanto teórico, o funcionamento da LP em suas modalidades oral e escrita;

Conheça as principais correntes e as obras mais representativas das literaturas de língua portuguesa;

Domine métodos, técnicas e tecnologias adequadas à sua atuação profissional;

Seja um profissional comprometido com os valores inspiradores da sociedade democrática;

Desenvolva uma prática educativa que leve em conta as características dos alunos e de seu meio social, sua relação com o mundo contemporâneo, estabelecendo relações de parceria e colaboração com os pais de forma a envolvê-los na construção e na valorização dos conhecimentos, demonstrando, assim, compreensão do papel social da escola;

Conheça não só os conteúdos específicos relacionados às etapas da educação básica para as quais se preparou, mas também aqueles relacionados a uma compreensão mais ampla de questões culturais, sociais, econômicas e de questões referentes à docência, levando em conta uma articulação interdisciplinar;

Recorra a estratégias diversificadas para formular propostas de intervenção pedagógica ajustadas ao nível e às possibilidades dos alunos, aos objetivos das atividades propostas e às características dos conteúdos próprios às etapas da educação básica para as quais se preparou;

Compreenda a pesquisa como um processo que possibilita tanto a elaboração de conhecimento próprio, quanto o aperfeiçoamento da prática pedagógica;

Gerencie o próprio desenvolvimento profissional tanto por meio de formação contínua, quanto pela utilização de diferentes fontes e Tecnologias de Informação e Comunicação;

Saiba buscar e/ou criar oportunidades de trabalho em sua área de atuação e condições favoráveis para o bom desempenho de sua profissão.

Áreas de atuação:

Ensino de língua portuguesa

Em escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e particular de ensino;

Em empresas públicas ou privadas.

Trabalho autônomo como

Professor particular;

Elaborador e/ou gestor de projetos culturais;

Colaborador e/ou elaborador de livros-texto;

Assessor em empresas públicas ou privadas.

4.4 COMPETÊNCIAS

Competências

O licenciado em Letras Língua Portuguesa deverá ser identificado por múltiplas

competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Nesse sentido, visando à formação de profissionais que demande o domínio da língua estudada e sua cultura para atuarem como professores, pesquisadores, críticos literários, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras Língua Portuguesa deve contribuir para o desenvolvimento destas competências:

Dominar o uso da língua portuguesa nas suas manifestações oral e escrita, recepcionando e produzindo textos;

Refletir analítica e criticamente sobre a linguagem como fenômeno cognitivo, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico, dentro do exercício da docência;

Ter visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, dentro da fundamentação de sua formação profissional;

Ter preparação profissional atualizada na área do ensino de línguas, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;

Perceber os diferentes contextos interculturais, relacionando-os ao processo educacional;

Utilizar recursos da informática como ferramenta para o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem em língua portuguesa;

Dominar os conteúdos básicos de língua portuguesa, que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;

Dominar métodos e técnicas pedagógicos que permitam a transposição dos conhecimentos de língua portuguesa para os diferentes níveis de ensino.

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Universidade se caracteriza por ser um espaço plural de produção do conhecimento,

portanto, em seu interior co-existem uma diversidade de procedimentos metodológicos que são aceitos e adotados por docentes para conduzir sua sala de aula. Assim, cabem as preleções, os estudos dirigidos, os seminários, os debates, entre outros. Todos estes procedimentos podem ser facilitados mediante o uso de recursos didáticos (quadros magnéticos, canetas, jornais, revistas, livros, artigos) e recursos tecnológicos (televisor, aparelho de DVD, microcomputadores, internet, aparelho de data-show) a critério de cada docente, previamente definido em um Plano de Ensino.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO CURSO

Estrutura do Curso

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa procura articular os conteúdos caracterizadores básicos ligados aos estudos linguísticos e literários, com vistas ao desenvolvimento de competências e habilidades mais gerais. Os estudos linguísticos e literários fundam-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais (ZILBERMAN, 1989; MARTINS, 1994; FREIRE, 1997; LAJOLO, 2002; HANKS, 2008). Assim, articula a reflexão teórico-crítica aos domínios da prática, essenciais aos profissionais de Letras, priorizando a abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade na qual o licenciado vai atuar.

De forma integrada aos conteúdos básicos, foram estruturados os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica curricular que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão e incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos sequenciais, os conteúdos para a educação básica, as didáticas próprias e as pesquisas que as embasam.

Desse modo, as atividades curriculares se distribuem em três núcleos articuladores:

- a) Básico;
- b) Aprofundamento e Diversidade de Estudos;
- c) Estudos Integradores;

Para alcançar o objetivo proposto neste Projeto Pedagógico, procurou-se integrar diferentes tipos de competências que se interseccionam para a formação de um profissional apto a

exercer sua cidadania. Portanto, articulam-se competências referentes:

- Ao uso da língua-linguagem;
- Ao domínio dos conteúdos e ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional futuro;
- Ao domínio da prática e do conhecimento pedagógicos.

No núcleo básico, as atividades curriculares propostas articulam-se em torno das competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos futuros professores, tendo em vista sua formação como usuários proficientes da língua portuguesa em diferentes situações de interação, bem como o desenvolvimento de uma prática reflexiva capaz de articular os conhecimentos linguísticos, pragmático-textuais e referenciais. Espera-se, dessa forma, fornecer oportunidade para que o aluno não apenas se aproprie de conhecimentos significativos para sua atuação profissional, como também reflita sobre a relevância e a pertinência desses conhecimentos para a compreensão, o planejamento, a execução e a avaliação de situações de ensino e de aprendizagem.

Com as atividades propostas no núcleo de aprofundamento e diversidade de estudos, pretende-se que os futuros professores desenvolvam competências e habilidades que lhes permitam construir, nas interações em sala de aula, uma prática reflexiva de ensino-aprendizagem, com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, para compreender e atuar em situações contextualizadas do cotidiano profissional.

A partir desses núcleos, propõe-se também o núcleo de estudos integradores, caracterizado pela formação complementar, a partir da instituição de tempos e espaços curriculares diversificados para além do padrão turma/professor/horas-aula semanais, tais como oficinas, seminários interdisciplinares sobre temas educacionais e profissionais, grupos de trabalho supervisionado, participação em eventos, atividades de iniciação à pesquisa, atividades de extensão, entre outros, capazes de promover e, ao mesmo tempo, possibilitar aos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados, diferentes modos de organização do trabalho, promovendo o exercício das diferentes competências a serem desenvolvidas.

É preocupação de todos que compõem o curso que a formação do futuro licenciado possibilite a integração com a diversidade de situações e oportunidades com as quais o egresso do curso vai se confrontar. Por isso, parte das oficinas e dos seminários interdisciplinares se organizará em torno de temas relativos às políticas da Educação Inclusiva, à Educação do Campo, à Educação de Jovens e Adultos, à Educação para as Relações Étnico-raciais, à Educação em Direitos Humanos e à Educação Ambiental. Esses temas também deverão compor o conteúdo das disciplinas: Política Educacional,

de Curso, examinado por uma Banca proposta pelo orientador, com os seguintes membros: Orientador (Presidente da Banca), mais 01 (um) ou 02 (dois) professores, do quadro docente da Faculdade ou convidado externo à subunidade ou à Instituição, devidamente credenciado junto ao Conselho da Faculdade, conforme o regimento da FACL.

As atividades curriculares que precedem o TCC, como as disciplinas teóricas, as atividades práticas, as Atividades Complementares e a Metodologia da Pesquisa, possibilitarão o desenvolvimento de habilidades necessárias para a construção e o estabelecimento da ação de pesquisa.

O Conselho da Faculdade de Ciências da Linguagem regulamentará, em resolução própria, sobre as diversas formas de concepção, desenvolvimento e apresentação do TCC, bem como a organização das defesas, o calendário específico, o evento próprio para as apresentações públicas, as formas e os instrumentos de avaliação, respeitando o disposto no Capítulo VIII do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA.

5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Estágio Supervisionado

Em seu Art. 1º, a Lei Federal nº 11788/2008, define estágio como “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior [...]”. De acordo com Art. 76 do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA, são objetivos do estágio curricular:

- I - possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de trabalho;
- II - proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades práticas e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas com sua área de formação;
- III - desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio-profissional.

Mediante o exposto, vê-se que o Estágio Supervisionado, atividade curricular e obrigatória no Curso de Letras Língua Portuguesa da FACL, por imperativo da legislação vigente (conforme Resoluções CNE/CP nº 01 e 02/2002 e Parecer CNE/CP nº 28/2001), pressupõe a

inserção do discente do Curso no ambiente/espço de trabalho e na prática social para os quais está sendo formado, quais sejam, respectivamente: a escola (macro espaço) e a sala de aula (micro espaço do trabalho docente); o exercício, em si, da docência, que implica nestas dimensões do trabalho do professor: a aula, o planejamento de ensino, o processo de avaliação etc.

O Parecer CNE/CP nº 28/2001 reforça tal pressuposição, ao definir estágio como

o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício.

Este é um momento de formação profissional do formando seja pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

Entre outros objetivos, pode-se dizer que o estágio curricular supervisionado pretende oferecer ao futuro licenciado um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino. É também um momento para se verificar e provar (em si e no outro) a realização das competências exigidas na prática profissional e exigíveis dos formandos, especialmente quanto à regência. Mas é também um momento para se acompanhar alguns aspectos da vida escolar que não acontecem de forma igualmente distribuída pelo semestre, concentrando-se mais em alguns aspectos que importa vivenciar.

O estágio curricular supervisionado é pois um modo especial de atividade de capacitação em serviço e que só pode ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma efetivamente o papel de professor, de outras exigências do projeto pedagógico e das necessidades próprias do ambiente institucional escolar testando suas competências por um determinado período. Por outro lado, a preservação da integridade do projeto pedagógico da unidade escolar que recebe o estagiário exige que este tempo supervisionado não seja prolongado, mas seja denso e contínuo. Esta integridade permite uma adequação às peculiaridades das diferentes instituições escolares do ensino básico em termos de tamanho, localização, turno e clientela.

As atividades curriculares de Estágio Supervisionado no Curso de Letras Língua portuguesa da FACL totalizam 405 horas e proporcionam um momento de aprendizagem para o futuro

professor experienciar, em um ambiente de escolarização (formal), o exercício da profissão docente. Para isso, é imprescindível o estabelecimento de relação pedagógica entre o aluno (estagiário) e um profissional que exerce suas atividades em um ambiente institucional de trabalho.

No que concerne à normatização dos estágios supervisionados:

a) O Conselho da Faculdade de Ciências da Linguagem regulamentará os procedimentos referentes à realização do estágio supervisionado, considerando a obrigatoriedade do acompanhamento por um docente do curso, que será o supervisor do estágio, e por um docente ou técnico ligado à instituição onde o aluno estagiário irá desenvolver suas atividades;

b) O Estágio Supervisionado tem lugar a partir da segunda metade do curso e possui a carga horária total de 405 horas, destinadas a proporcionar aos alunos graduandos em Letras efetiva atuação docente e desenvolvimento de atividades acadêmicas em ambiente escolar formal, sob a orientação do professor supervisor do curso e orientações específicas da Faculdade de Ciências da Linguagem. E divide-se em:

Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II: destinados à prática de formulação e planejamento de formas de intervenção pedagógica adequadas às práticas de uso e de reflexão sobre a língua e a linguagem;

Estágio III: destinado à execução supervisionada de projeto integrado de ensino de Língua Portuguesa em turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) de escola pública ou particular, bem como avaliação do processo de execução do projeto e seus resultados;

Estágio Supervisionado IV: destinado à execução supervisionada de projeto integrado de ensino de Língua Portuguesa em turma de ensino médio e EJA de escola pública ou particular, bem como avaliação do processo de execução do projeto e de seus resultados.

5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades Curriculares do Núcleo de Estudos Integradores, que se onstituem de atividades acadêmico-científico-culturais complementares totalizam 200 horas e caracterizam-se por sua flexibilidade, pois possibilitam trajetos diversificados a fim de enriquecer a formação pretendida. Essas atividades devem ser desenvolvidas através de tópicos temáticos e/ou atividades independentes realizadas no âmbito do próprio Curso e/ou criadas para atender determinadas especificidades, disciplinas da mesma área e/ou de outras

áreas de conhecimento, monitoria, participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, estágios profissionais, cursos em áreas afins, participação em eventos científicos na área da educação, publicação de trabalhos científicos, todas regulamentadas e/ou validadas pelo Conselho da FACL, conforme tabela constante no anexo opcional deste projeto.

Nos decorrer do curso, a Faculdade de Ciências da Linguagem ofertará disciplinas optativas, nas quais o aluno poderá matricular-se e ser aprovado a fim de contabilizar parte da carga horária dessas como Atividade Complementar.

As diferentes atividades do Núcleo de Estudos Integradores congregam um conjunto de conhecimentos e, em função de seu caráter flexível, caso haja necessidade de adequações ao perfil da turma, novas atividades curriculares poderão ser criadas. Sendo que a carga horária desse núcleo deverá ser composta do seguinte modo: 20 horas de disciplina optativa mais 180 horas de outras atividades.

5.5 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A prática como componente do currículo do curso totaliza 677 horas, com início já no primeiro período letivo do curso. Tendo como objetivo proporcionar ao discente a vivência de situações didáticas que abordem questões relativas ao compreender/fazer na utilização e aplicação de conhecimento na prática de sala de aula, por meio de ações que vislumbrem a relação teoria-prática. Trata-se de um componente que possibilita ao discente a reflexão sobre a realidade observada, vivenciada, geradora de experiência e problematizações e iniciativas de pesquisa. Nesse sentido, a prática é concebida como fonte de apreensão de conteúdos e saberes teórico-práticos necessários à formação profissional do graduado em Letras.

5.6 POLÍTICA DE PESQUISA

Política de Pesquisa

O incentivo à participação de discentes e docentes em projetos de pesquisas desenvolvidos via Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação (DPPG) do Campus de Abaetetuba têm como objetivo central a consolidação das atividades de pesquisa e de extensão no contexto regional de atuação do Campus, através da permanente construção de eixos de referência em pesquisa que atendam às necessidades e demandas locais.

A DPPG tem como papel principal favorecer a participação dos docentes e discentes da

FACL (e demais cursos do Campus) na pesquisa e extensão, por meio da elaboração e execução de programas, projetos e grupos de pesquisa. Nesse sentido, insere a graduação e a pós-graduação no processo de identificação desses eixos de referência e proporciona ao ensino de graduação e pós-graduação materiais, estratégias e métodos para a abordagem de temas que envolvem a construção da prática profissional, assim como a reflexão científica acerca de problemas e fenômenos socioculturais e sociolinguísticos complexos. Tendo em vista esses norteamentos, ao funcionar como bureau de pesquisa e documentação, a DPPG também contribui para a materialização de objetivos que favorecem diretamente o ensino de graduação, na medida em que fornece subsídios para o aprimoramento curricular dos cursos de graduação já existentes e/ou para a criação de novos cursos.

A DPPG vem oferecer infraestrutura para o desenvolvimento de projetos transdisciplinares que abrangem história oral, educação, literatura e estudos da linguagem, fornecendo materiais para a pesquisa a partir de um acervo documental e bibliográfico que paulatinamente vem se ampliando.

Tem-se verificado a participação do discente nas atividades de pesquisa a partir do manejo da pesquisa através de bolsas de Iniciação Científica (IC) e do acesso à infraestrutura que a divisão de pesquisa oferece como biblioteca setorializada e materiais do acervo, disponíveis tanto aos alunos de iniciação científica quanto àqueles que buscam informações necessárias ao desenvolvimento de pesquisas no âmbito das disciplinas da graduação, dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e de pós-graduação lato sensu. A DPPG conta também com duas publicações acadêmicas com espaço para a divulgação da produção discente. Registra a publicação da revista Margens, que é a única publicação dos campi do interior, constando no Qualys com conceito A, atualmente.

A Faculdade de Ciências da Linguagem deverá implementar ações objetivando gerar, ampliar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, voltados para a realidade da Amazônia paraense, mas sem prescindir dos aspectos universais, articulando essas ações com o ensino e a extensão. Para tanto, o Curso deverá orientar os discentes para pesquisas relacionadas às temáticas abaixo, dentre outras a serem desenvolvidas na FACL.

Descrição e análise de Línguas;

Texto e discurso;

Fala e escrita em contexto escolar;

Leitura e produção de textos: pressupostos e práticas;

Discurso e ensino;

Variação linguística e letramento;

Linguagem, cultura e sociedade;

História da Leitura

Subjetividade e narrativas orais;

Literatura, história e memória cultural;

Literatura e ensino;

Práticas pedagógicas e linguagem;

Linguagem e identidade;

A construção de identidades na literatura amazônica;

Educação do campo;

Educação de surdos.

Semiótica

A implantação do Laboratório de Linguagem do Campus de Abaetetuba, inaugurado em 2012 (a partir de recursos oriundos do REUNI), também consiste em um espaço que favorecerá o aprofundamento dos múltiplos conhecimentos no campo das linguagens relacionadas ao estudo de línguas, assim como a apropriação dos processos criativos, com ações que, a partir do espaço institucional, ressoem nos espaços da educação formal, nos espaços culturais e/ou artísticos.

Outro aspecto importante a ganhar incentivo com o Laboratório de Linguagem diz respeito às aproximações entre todos os atores envolvidos na formação profissional visada pela habilitação na Mesorregião do Baixo Tocantins e os diversos circuitos em que o trabalho com a linguagem tem destaque, proporcionando o fortalecimento da pesquisa, a recuperação e transmissão de experiências de trabalho.

O fomento das práticas, a partir das atividades do Laboratório de Linguagem, podem igualmente trazer maior autonomia ao campo de atuação do educador da área de Letras na região, uma vez que um de seus principais objetivos é atuar como suporte na formação profissional e na qualificação continuada, devendo proporcionar, dentre outros aspectos, a aproximação entre o futuro profissional de Letras e as práticas educativas nos espaços locais da educação formal e informal.

Com essa perspectiva, o Laboratório de Linguagem pode contribuir pragmaticamente para a construção de propostas que atinjam um problema comum aos licenciados em geral: a distância entre o conhecimento teórico e a prática docente. Além de se constituir num espaço no qual docentes, alunos (graduação e pós-graduação) e indivíduos oriundos das comunidades da região do Baixo Tocantins possam se reunir para refletir, discutir, criar e produzir conhecimentos para o desenvolvimento de projetos ligados à produção artística e cultural a partir da congregação de várias áreas do saber.

Associado a isso, o Laboratório de Linguagem também deve funcionar como bureau com

vistas à captação de recursos que garantam a materialização de ações previstas em projetos tanto de pesquisa quanto de extensão.

5.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO

Política de Extensão

A extensão universitária é concebida aqui como processo dialético entre academia e sociedade, que pressupõe articulação com o ensino e a pesquisa para se concretizar. Consoante ao PDI 2011-2015 da UFPA, a FACL compreende que “a práxis extensionista visa conferir à atividade de formação uma medida da relevância social dos saberes veiculados no ambiente acadêmico e a vincular as ações institucionais à realidade social que circunscreve seus mais expressivos desafios”.

Considerada como um eixo formador, a extensão cumpre uma das funções básicas da Universidade: a de difundir a produção de conhecimentos gerada em seu âmbito, pelo caminho mais gratificante para o educador, quando o conhecimento, o saber e o aprendizado intercambiam entre universidade e comunidade. Nessa visão, a extensão é entendida como uma prática que permite a esses setores sociais a complementação, o aprofundamento, a atualização e a difusão de conhecimentos por meio da interação, da troca e da coparticipação. Do lado da Universidade, a extensão permite-lhe cumprir uma de suas funções precípuas: contribuir para o desenvolvimento da sociedade, ao mesmo tempo em que, na ação integrada, busca e renova conhecimentos e experiências para subsidiar o aprimoramento do ensino e da pesquisa.

No curso de Letras/Língua Portuguesa do Campus de Abaetetuba a extensão, conforme previsto na legislação em vigor, totaliza 10% do total da carga horária do curso, distribuída em todas as disciplinas obrigatórias do curso e mais 30 horas das atividades complementares. Além dessas atividades, o Curso deverá incentivar e apoiar a implementação de ações extensionistas por meio da execução de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, difusão cultural, ação comunitária, inserção de atividades extensionistas nas atividades curriculares obrigatórias, participação em grupos de pesquisa que se voltem à realização da extensão.

5.8 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Política de inclusão social

A Constituição Federal Brasileira/98 promove o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Art. 3º, inciso IV), e em seu Art. 205 assegura que a educação é um direito de todos, “garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. Em seu Art. 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208).

A Lei nº 7.853/89 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, bem como define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394/96, em seu Art. 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (Art. 24, inciso V) e “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (Art. 37). Em seu trecho mais controverso (Art. 58 e seguintes), diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”.

O Decreto de nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. A Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Tendo em vista a legislação supramencionada, que diz respeito, de modo geral, à inclusão social de pessoas com deficiência, a FACL propõe-se a participar da e efetivar uma política de inclusão que corresponda às expectativas atuais de ensino, especialmente no que diz respeito à formação de professores capazes de conceber a diversidade como uma realidade

eminente nas classes regulares da educação básica. Assim, as atividades curriculares teóricas e práticas do Curso de Letras Língua Portuguesa da FACL devem, na medida do possível, convocar dados que permitam problematizar e refletir sobre questões relacionadas à apropriação de linguagem por pessoas com deficiência, seja esta de natureza física, visual, auditiva, intelectual, cognitiva ou múltipla. Mais especificamente, serão ensinadas e discutidas as particularidades na apropriação de linguagem por pessoas surdas, dada a proeminência de discussões em torno do bilinguismo.

A Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada em 22 de dezembro de 2005 pelo decreto 5.626, que institui a Libras como segunda língua oficial do Brasil, requer dos Cursos de Letras das Instituições de Ensino Superior a implementação de atividades curriculares que contemplem as necessidades didático-pedagógicas da comunidade surda de nossa sociedade. É neste contexto que o Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa da FACL do Campus de Abaetetuba/UFGPA apresenta em seu Desenho Curricular as disciplinas LIBRAS e Ensino/Aprendizagem do português como segunda língua para surdos, ambas com carga horária de 60 horas, pertencentes às atividades curriculares obrigatórias do núcleo comum, e Tópicos de letramento para educação de surdos, com carga horária de 60 horas, pertencente ao Núcleo de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais Complementares, no que concerne às chamadas Disciplinas Eletivas¹ do PPC de Letras. Essas disciplinas têm por objetivo consolidar a educação inclusiva de surdos em nossa faculdade com os seguintes objetivos gerais: a) Oferecer embasamento científico, teórico, prático, ético e técnico, por meio da divulgação e conhecimento da língua de sinais brasileira a fim de que cada ouvinte, dentro de sua área de atuação, possa ser um facilitador da inclusão social; b) Oferecer conhecimentos sobre a surdez, educação, história, linguagem, comunicação dos surdos, sua cultura, filosofia da educação, bem como aspectos gramaticais, morfológicos, semânticos, pragmáticos e sintáticos da LIBRAS, dentre outros aspectos linguísticos.

Apesar de somente em 2011, na atual proposta de um novo PP do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, estarem sendo criadas disciplinas que tratam de educação da comunidade surda em nossa sociedade, a preocupação com o processo de inclusão de surdos no sistema regular de ensino tem sido objeto de estudo por parte de docentes da FACL desde 2006, por meio da realização dos Projetos e Grupos de Pesquisa, a saber: “Grupo de Estudo e Pesquisa: Análise descritiva da produção de alunos surdos”, sob a coordenação da Prof^a M. Sc. Alessandra Martins Matos, e “O discurso como vetor da identidade surda”, coordenado pela Prof^a M. Sc. Francisca Maria Carvalho, desenvolvidos no período de fevereiro de 2006 a dezembro de 2008, que resultaram: a) na elaboração de diversos TCCs (elaborados por alunos bolsistas e alunos pesquisadores voluntários), palestras e minicursos no Campus, que

tiveram por tema a educação de surdos, b) construção de um Banco de Dados das produções escritas em português de alunos surdos do Ensino Fundamental e Médio de 06 escolas públicas da Rede Municipal de Ensino dos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Moju, Igarapé-Miri e Santo Antônio do Tauá, c) Levantamento e aquisição de bibliografia e material de apoio didático-pedagógico (CDs e DVDs) ao ensino de português para surdos, fornecidos pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que hoje fazem parte do acervo bibliográfico da Biblioteca do Campus de Abaetetuba, e d) participação de bolsistas e professores no 9º TISLR - Congresso Internacional de Aspectos Teóricos das Pesquisas nas Línguas de Sinais, ocorrido no período de 06 a 09 de dezembro de 2006 na Universidade Federal de Santa Catarina UFSC.

Nessa perspectiva, tais ações de pesquisa contribuíram, ainda, para o melhor conhecimento do processo ensino-aprendizagem implementado no ensino de português escrito para alunos surdos inclusos no sistema regular de ensino em Abaetetuba, dando aos professores e alunos envolvidos uma visão crítica e atualizada dos problemas e desafios pedagógicos enfrentados (e a serem enfrentados em um futuro próximo com o exercício do magistério) neste contexto educacional.

Como apoio fundamental às ações didático-pedagógicas de inclusão de pessoas com deficiência no Campus de Abaetetuba, a FACL conta com um Laboratório de Linguagem destinado a dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão na área do ensino-aprendizagem de línguas, via execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão coordenados por docentes da faculdade, destinados à educação de pessoas com deficiência, por meio da realização de atividades curriculares, palestras, minicursos, cursos de capacitação de professores, oficinas, dentre outros, cuja carga horária é contabilizada para efeito de Integralização Curricular de Curso, conforme prevê este projeto pedagógico.

O Curso de Letras da FACL pretende, ainda, formar profissionais da área da linguagem capacitados cientificamente para atuar no mercado de trabalho de forma crítica no processo de inclusão de pessoas com deficiência, mediante o aprofundamento e articulação da teoria com a prática, por meio do desenvolvimento de estudos e pesquisas atualizadas (individual e coletiva), tendo como objeto de estudo a forma de comunicação e expressão de pessoas com deficiência, objetivando, desse modo, assegurar a esses sujeitos o acesso à comunicação, à informação e à educação, bem como a sua efetiva integração na vida em sociedade.

Nessa perspectiva, a FACL pretende, em conjunto com a Administração Superior da UFPA, desenvolver ações administrativas no intuito de ampliar seu quadro de docentes permanentes, por meio de seleção, via vagas do REUNI, para o ingresso de 02 docentes com formação superior em Educação Especial, com habilitação em LIBRAS, a fim de que estes

possam desenvolver atividades acadêmicas junto a alunos surdos e ouvintes do Curso de Letras Língua Portuguesa do Campus de Abaetetuba, além de compartilhar saberes relativos a outras deficiências com discentes, docentes e técnicos da FACL. Outrossim, o acesso dos portadores de deficiência no processo educativo se dará por meio de:

I - recursos didático-pedagógicos;

II - acesso às dependências das unidades e subunidades acadêmicas;

III - pessoal docente e técnico capacitado;

IV - oferta de cursos que contribuam para o aperfeiçoamento das ações didático-pedagógicas. (Art. 125 do Regulamento da Graduação).

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Consoante ao que estabelece o Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA, o Curso de Letras Língua Portuguesa da FACL adotará o planejamento como procedimento necessário e constante da organização curricular e dos processos de ensino e de aprendizagem. Assim, cabe à direção da Faculdade reunir os docentes, a cada período letivo, para planejamento das atividades curriculares previstas, de modo que tais reuniões terão seus períodos definidos no calendário acadêmico da Instituição.

O programa e o plano de ensino das atividades curriculares de um dado período letivo serão elaborados coletivamente pelos docentes responsáveis por ministrá-las e serão submetidos à apreciação do Conselho da FACL. Tanto o programa quanto o plano de ensino deverão ser apresentados e discutidos com os discentes no primeiro dia de aula.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.1 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

No presente projeto, defende-se a concepção de avaliação pautada numa visão abrangente, em que não apenas se busca identificar falhas no ensino, na aprendizagem ou nas condições estruturais em momentos pontuais do processo educativo. Entende-se a avaliação como processo inerente à dinâmica de aquisição, produção e disseminação do conhecimento. Estando essa presente, ainda que de forma velada, em todos os momentos onde se realizam as atividades acadêmicas. Desse modo, acredita-se ser necessário desconstruir mitos e preconceitos que tiveram seus alicerces em formas de avaliação meramente classificatórias e

punitivas.

No processo educativo, todos estão passíveis de avaliação, devendo ser essa um instrumento para aperfeiçoamento da instituição como um todo, assim como, de feedback para o docente e possibilidade para o discente superar dificuldades. Assim, torna-se importante serem efetivados meios e formas legítimas para que todos os envolvidos no processo educativo tenham sua voz ouvida e possam retroalimentar toda a dinâmica educacional institucional.

Assim sendo, quando se trata do processo ensino/aprendizagem em si, é relevante observarmos que o documento “Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará” (p.55), destaca que:

Privilegiar o aspecto processual/formativo da avaliação requer, entretanto, que:

- 1) Assumamos que a avaliação não deve restringir-se ao aluno, mas estender-se aos professores;
- 2) Superemos a tradição disciplinar da avaliação (aquela feita por disciplinas) e adotemos avaliações no sentido longitudinal do curso;
- 3) Consequentemente, adotemos e exploremos múltiplas estratégias e instrumentos de avaliação.

Faz-se, então, necessário quebrar a concepção unidirecional de avaliação, onde um sujeito, num patamar superior, avalia outro sujeito, numa condição inferior, para, assim, atribuir-lhe a aprovação ou desaprovação. O processo avaliativo precisa pautar-se no princípio da igualdade dos sujeitos, ainda que assumindo papéis diferenciados, mas todos passíveis de avaliar e ser avaliados, reconhecendo-se importância da mútua cooperação para o aperfeiçoamento do processo como um todo: desde a gestão até o ensino propriamente dito.

7.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Avaliação da aprendizagem

Considerando o princípio da flexibilidade que norteia a avaliação e entendendo que se trata de um elemento constitutivo, orientador e reorientador do processo de aprendizagem, os procedimentos de avaliação serão concebidos e propostos levando em conta as características de cada atividade curricular ou de seu conjunto, sem perder de foco as competências e habilidades, em consonância com as Diretrizes Curriculares da UFPA.

O registro do desempenho final do discente ocorrerá sob a forma de conceito final resultante do conjunto de procedimentos previstos para a avaliação, respeitado o que dispõe o Art. 178 do Regimento Geral da UFPA.

Os procedimentos de avaliação das atividades curriculares serão propostos pelo docente ou conjunto de docentes e referendados em reunião semestral de planejamento; do mesmo modo, o controle da frequência às aulas é atribuição do(s) docente(s) responsável(is) pela(s) atividade(s) curriculare(s), sob a supervisão da direção da faculdade.

Os procedimentos avaliativos serão registrados, de forma explícita, no Plano de Ensino de cada professor responsável pelo magistério das atividades curriculares, aprovados em reunião de planejamento pelo Conselho da Faculdade de Ciências da Linguagem, na perspectiva de identificar, por período letivo, até que ponto os alunos alcançaram as competências e as habilidades a serem consolidadas no respectivo período.

O professor deverá apresentar à sua turma, a cada início de período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem, conforme o Plano de Curso da atividade acadêmica em curso, bem como discutir os resultados de cada avaliação parcial com a turma, garantindo que esse procedimento se dê antes da próxima verificação da aprendizagem e, finalmente, fazer o registro eletrônico do conceito final, de acordo com as orientações do órgão central de registro acadêmico, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do encerramento do período letivo.

A avaliação deverá ocorrer nas seguintes modalidades:

1) Formativa – planejada para ser desenvolvida no decorrer da atividade curricular, com o objetivo de se elaborar estratégias de avaliação que orientem os componentes teóricos e práticos do processo, a fim de identificar as dificuldades do aluno e possibilitar condições para revisão de conteúdos não apreendidos durante o percurso. Objetiva, ainda, verificar o desenvolvimento cognitivo do aluno diante das atividades propostas e as relações entre ele e o trabalho docente realizado, para que seja possível propor modificações e retro-alimentar o processo avaliativo;

2) Somativa – planejada para o fim de cada período, é a conclusão dos processos de ensino e de aprendizagem. Seu objetivo é verificar o domínio de conjunto expresso pelo aluno, facilitar a apuração dos resultados de seu aproveitamento a partir de critérios preestabelecidos que o classifique em níveis de competência, a partir do alcance dos objetivos. Essa avaliação consiste na atribuição de conceito (e/ou de nota), a ser lançado no Sistema de Informação para Ensino (SIE).

A execução do processo de avaliação far-se-á por instrumentos de avaliação preestabelecidos e métodos que variam de testes a provas práticas, apresentação de trabalhos, estudos em grupo e aplicação de metodologias que possam permitir análise do desempenho do aluno, do docente e do coordenador de atividade ou o seu conjunto, em todos os caminhos da formação do discente, quer na academia ou nas atividades referentes à prática

pré-profissional.

A avaliação cruzada ou meta-avaliação envolverá docentes, discentes e deverá ser planejada periodicamente ao término de cada semestre letivo e informalmente sempre que se apresentem cenários compatíveis e que justifiquem a sua realização pelos atores envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem.

Para efeito de consolidação e atribuição de conceitos ao discente, será utilizada a seguinte convenção estabelecida pelo Regimento Geral da UFPA:

Quadro 13: Correspondência entre conceito e nota

CONCEITO

SIGNIFICADO

CORRESPONDÊNCIA

I Insuficiente 0,0 a 4,9

R Regular 5,0 a 6,9

B Bom 7,0 a 8,9

E Excelente 9,0 a 10,0

Como procedimento de avaliação, o professor deverá, a cada etapa do processo de avaliação, atribuir ao aluno um dos conceitos mencionados.

Considerar-se-á aprovado o aluno que, em cada período letivo, cumulativamente, registrar:

- 1) O conceito REG, BOM ou EXC e, pelo menos, setenta e cinco por cento (75%) de frequência nas atividades curriculares programadas;
- 2) Conceito igual ou superior a R (REGULAR), obtido como resultado total da Avaliação Geral do Conhecimento (AGC), conforme estabelecido em Resoluções específicas do Ministério da Educação, da Universidade Federal do Pará/PROEG e através do Conselho da Faculdade de Ciências da Linguagem.

A Avaliação Geral do Conhecimento (AGC) do aluno em cada atividade resultará da média aritmética das notas obtidas nos procedimentos avaliativos realizados no período letivo. É obrigatória a realização de, no mínimo, dois procedimentos de atividades avaliativas.

O Conselho da Faculdade de Ciências da Linguagem estabelecerá procedimentos de avaliação periódicos e sistemáticos que incluam os conteúdos trabalhados, os processos de ensino e de aprendizagem, a organização do curso, o desempenho do quadro de professores e a qualidade da vinculação com escolas de ensino fundamental e médio.

7.3 AVALIAÇÃO DO ENSINO

Avaliação do Ensino

A avaliação do ensino no âmbito do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa da FACL será realizada pela comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnicos) por meio do preenchimento de questionários constantes no Sistema de Avaliação On-Line (SIAV) da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROEG) da UFPA.

O preenchimento dos questionários deve ocorrer ao final de cada período letivo, em prazo estabelecido pela PROEG, e seus resultados devem ser analisados pela FACL e pela Coordenação do Campus do Baixo Tocantins/Abaetetuba e discutidos com docentes e alunos do Curso de Letras Língua Portuguesa da Faculdade em tela, a fim de serem implementadas ações de melhoria nesse aspecto do curso.

7.4 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A implementação e a execução do PPC do Curso de Letras Língua Portuguesa da FACL, em seu processo de avaliação, será acompanhada/assessorada pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE), que desenvolverá suas ações com a finalidade de:

Verificar se o objetivo do Curso [de formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma prática, teórica e crítica, com as linguagens, especialmente a verbal (oral e escrita), em contextos formais e informais] tem sido alcançado, por meio da análise, por exemplo, do desempenho dos alunos em exames nacionais e do ingresso desses profissionais no mercado;

Apontar alternativas face às dificuldades pedagógicas encontradas no processo de implantação do PPC, apoiando a diretoria em atividades e programas que visem o bom funcionamento do Projeto, avaliando a pertinência dos procedimentos didático-metodológicos nele indicados para o atendimento das necessidades dos alunos e da natureza das atividades curriculares;

Viabilizar o envolvimento dos docentes na operacionalização do PPC;

Buscar, junto à PROEG, a resolução de problemas e enfrentar desafios oriundos da implantação do novo modelo curricular do curso;

Analisar criticamente o modelo curricular constante no PPC, a partir de reflexões sistemáticas sobre decisões metodológicas decorrentes da implantação do Projeto;

Verificar a efetividade das ações curriculares previstas no PPC;

Avaliar a consonância dos Planos de Ensino com o PPC e a atualização daqueles em sala de

aula;

Analisar se a utilização das estratégias e instrumentos de aprendizagem indicados no PPC tem contribuído efetivamente para a melhoria do Curso;

Verificar se as atividades complementares estipuladas pelo PPC tem garantido uma formação acadêmico-profissional mais incrementada, analisando a diversidade de atividades de que os alunos tenham participado (no momento de contabilizar a carga horária das atividades complementares);

Atualizar periodicamente as demandas de formação de profissionais da área no âmbito do contexto regional do Curso, a fim de avaliar se há necessidade de revisão da quantidade de vagas a serem ofertadas.

Outrossim, o acompanhamento e a avaliação do PPC também será uma tarefa da Coordenação do Curso, Direção da Faculdade e Coordenadoria Acadêmica da Unidade, as quais deverão considerar questões como: os índices de evasão; a produção científica dos docentes e discentes; a realização de projetos integrados de ensino; a participação de docentes e discentes em atividades de pesquisa e de extensão; a comunicação dos docentes, discentes e técnico-administrativos com a coordenação do Curso; as demandas do acervo bibliotecário do Curso etc.

O NDE atuará, ainda, com o intuito de colaborar, no âmbito de sua competência, com o encaminhamento de questões de rotina e nas programações de eventos promovidos pelos cursos com vistas à resolução de problemas e à dinamização dos currículos.

8 INFRAESTRUTURA

8.1 DOCENTES

Nome	Titulação Máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Alessandra Martins Matos	Mestre	Linguística	Dedicação Exclusiva
Alessandro Nobre Galvão	Mestre	Linguística	Dedicação Exclusiva
Benilton Lobato Cruz	Doutor	Teoria Literária	Dedicação Exclusiva
Carlos Augusto Nascimento Sarmiento Pantoja	Mestre	Teoria Literária	Dedicação Exclusiva
Francisca Maria Carvalho	Mestre	Linguística	Dedicação Exclusiva
Garibaldi Nicola Parente	Graduação	Teoria Literária	40 horas
Glória Regina Gomes Amaral	Mestre	Linguística	Dedicação Exclusiva
José Eduardo Pastana Silva	Graduação	Linguística	Dedicação Exclusiva
Patrícia Sousa Almeida	Mestre	Ensino-Aprendizagem de Português Língua Materna	Dedicação Exclusiva
Raimunda Dias Duarte	Mestre	Linguística	Dedicação Exclusiva
Rosângela do Socorro Nogueira de Sousa	Mestre	Linguística	Dedicação Exclusiva

8.2 TÉCNICOS

Wagner Ferreira Pereira, Cargo Assistente em Administração, Função Secretário da Faculdade.

8.3 INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Biblioteca para uso de alunos e professores do curso de Letras/Língua Portuguesa e demais cursos do Campus de Abaetetuba, possui acervo de livros, periódicos e recursos multimídia.	Imóvel	40	Aula	1
Auditório destinado à realização de eventos.	Imóvel	200	Aula	1
Mini-auditório destinado à realização de aulas e pequenos eventos.	Imóvel	90	Aula	1
Salas climatizadas onde são realizadas as atividades de ensino.	Sala	45	Aula	4
Gabinetes para uso dos docentes do curso, onde se realizam estudos e orientação de trabalhos dos alunos.	Imóvel	4	Orientação acadêmica	8
Laboratórios de Informática destinados a pesquisas acadêmicas e a aulas que demandem a utilização de microcomputadores.	Laboratório	40	Aula	2
Sala onde se realizam as atividades de cunho administrativo e pedagógico concernentes ao curso, sendo dividida em secretaria e gabinete do Coordenador.	Secretaria	0	Administrativa	1
Laboratório de Ensino de Línguas com Sistema Comercial que envolve hardware e software, que possibilita a exploração de recursos audiovisuais e gravação de voz.	Laboratório	40	Aula	1

8.4 RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Sala onde se realizam as atividades de cunho administrativo e pedagógico concernentes ao curso, sendo dividida em secretaria e gabinete do Coordenador.	computador	Cedido	2	Há dois microcomputadores para uso na sala administrativa do curso.
	mesa	Cedido	2	Mesas utilizadas na sala administrativa do curso.
	datashow	Cedido	2	Utilizados nas aulas e outras atividades acadêmicas do curso.
Salas climatizadas onde são realizadas as atividades de ensino.	quadro magnético	Cedido	4	Utilizados nas aulas e demais atividades acadêmicas.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

10. Referências bibliográficas consultadas

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1997.

HANKS, William. Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. Organização e tradução: Anna Christina Bentes; Renato C. Rezende; Marco Antônio R. Machado. São Paulo: Cortez, 2008.

LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. 6.ed. São Paulo: Ática, 2002.

MARTINS, Maria Helena. O que é leitura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Plano de Desenvolvimento Institucional 2006 a 2010. Belém/PA: UFPA, 2006.

ZILBERMAN, Regina. Estética da recepção e história literária. São Paulo: Ática, 1989.